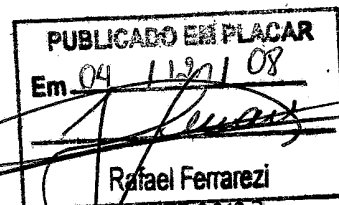


ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



EMENDA A LEI ORGÂNICA N.º 005, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2.008.

Altera os artigos 11, 15, 26, 27 e 31 da Lei Orgânica do Município de Porto Nacional, e dá outras providências.

A Mesa da **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**, Estado do Tocantins, nos termos do § 3.º, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Emenda:

Art. 1.º - Os artigos 11, 15 e seus parágrafos 1.º e 2.º; 26 e incisos; 27 e incisos, e 31, inciso II, alínea "d", todos da Lei Orgânica do Município de Porto Nacional, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores como representantes do povo, eleitos e investidos na forma da legislação federal.

Art. 15 - No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro em sessão solene (preparatória) de instalação, independente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os mesmos prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1.º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de trinta dias, prorrogável por igual prazo, salvo motivo justo, aceito pela Câmara, por maioria absoluta, sob pena de perda de mandato.

§ 2.º - No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se de eventuais impedimentos ao exercício do mandato e apresentar declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata em seu resumo.

Art. 26 - À Câmara Municipal compete privativamente:

I - receber o compromisso dos Vereadores, do Prefeito e Vice-Prefeito e dar-lhes posse;

II - dispor, mediante resolução, sobre sua organização, funcionamento e política, sobre a criação, provimento e remuneração dos cargos de sua estrutura organizacional, respeitadas, neste último caso, as disposições expressas nos artigos 37, XI, 48 e 169, da



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Constituição da República e nos artigos 9º, XI, 19, 20 e 85 da Constituição do Estado;

III - eleger sua Mesa e constituir suas comissões, nestas assegurando, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara;

IV - fixar por decreto legislativo, observado o disposto no artigo 29, V, da Constituição Federal e no artigo 57, § 1º, da Constituição Estadual, o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, e por resolução observadas as disposições do artigo 29, VI e VII da Constituição Federal e do artigo 57, § 2º e § 3º, da Constituição Estadual, o subsídio dos Vereadores;

V - conceder licenças:

a) ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, para se afastarem temporariamente, dos respectivos cargos;

b) aos Vereadores, nos termos do Regimento da Câmara Municipal;

c) ao Prefeito, para se ausentar do Município por tempo superior a quinze dias;

VI - requisitar do Prefeito e Secretários ou de outras autoridades municipais, informações sobre assuntos administrativos, fatos sujeitos à sua fiscalização ou relacionados com matéria legislativa em tramitação, devendo essas informações ser apresentadas dentro de no máximo, quinze dias úteis;

VII - julgar as contas mensais e anuais do Município, obedecidos os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual, e na forma da Lei;

VIII - promover representação para intervenção estadual no Município, nos casos previstos na Constituição do Estado e nesta Lei Orgânica;

IX - requisitar, até o dia 20 de cada mês, o numerário destinado às suas despesas;

X - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas, bem como elaborar e votar seu Regimento Interno;

XI - convocar os titulares dos órgãos da Administração Pública Municipal, para prestarem esclarecimentos sobre serviços de sua competência;

XII - conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;

XIII - destituir do cargo o Prefeito e o Vice-Prefeito após condenação por crime comum ou de responsabilidade;

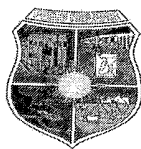
XIV - processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários do Município nas infrações político-administrativas;

XV - deliberar sobre veto do Prefeito;

XVI - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas ou qualquer outra forma de disposição de bens públicos;

XVII - ordenar a sustação de contratos impugnados pelo Tribunal de Contas, por solicitação deste órgão;

XVIII - mudar temporariamente sua sede.



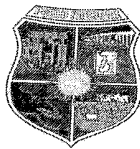
ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 27 - Cabe a Câmara Legislativa, com a sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente, sobre:

- I** - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;
- II** - tributos municipais, seu lançamento, arrecadação e normatização da receita não tributária;
- III** - empréstimos e operações de crédito;
- IV** - diretrizes orçamentárias, plano plurianual, orçamentos anuais, abertura de créditos suplementares e especiais;
- V** - subvenções ou auxílios a serem concedidos pelo Município e qualquer outra transferência de recursos, sendo obrigatória a prestação de contas nos termos da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica;
- VI** - criação dos órgãos permanentes necessários à execução dos serviços públicos locais, inclusive autarquias, fundações e para a constituição de empresas e sociedades de economia mista;
- VII** - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, estabilidade, aposentadoria, fixação e alteração de remuneração, observadas as normas constitucionais;
- VIII** - concessão, permissão ou autorização de serviços públicos de competência municipal, respeitadas às normas das Constituições Federal e Estadual;
- IX** - normas gerais de ordenação urbanísticas e regulamentos sobre ocupação de uso do espaço urbano, parcelamento do solo e edificações;
- X** - concessão e cassação de licença para abertura, localização, funcionamento e inspeção de estabelecimentos comerciais, industriais, prestacionais ou similares;
- XI** - autorização para aquisição de bens imóveis, salvo quando houver dotação orçamentária específica, ou nos casos de doação sem encargos;
- XII** - concessão ou permissão de uso de bens municipais e autorização para que os mesmos sejam gravados com ônus reais;
- XIII** - instituição de feriados municipais, nos termos da legislação federal;
- XIV** - alienação e aquisição onerosa de bens do Município;
- XV** - autorização para participação em consórcios com outros municípios, ou com entidades intermunicipais;
- XVI** - autorização para aplicação de disponibilidade financeira do Município no mercado aberto de capitais;
- XVII** - criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual.

Art. 31 - Os Vereadores não poderão:

- II** - desde a posse:



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

d) ser titular de mais de um cargo ou mandado público eletivo.

Art. 2.º - Esta Emenda, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO
TOCANTINS, aos 04 dias do mês de dezembro de 2.008.



PAULO SARDINHA MOURÃO
PREFEITO DE PORTO NACIONAL